RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E MUNDO DO TRABALHO EM TEMPOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Cláudio Silva de Sousa¹

RESUMO: *Este artigo discute as implicações do mundo do trabalho na educação superior a partir do último quarto do século XX e primeira década do século XXI. A relação entre educação e mundo do trabalho, e mais especificamente as transformações deste a partir da reestruturação produtiva, é complexa e seu estudo atual e recente, tornando desafiadora e necessária a compreensão de tal relação a fim de se construir os caminhos da educação superior que realmente possibilitem chegar a um futuro socialmente justo. Este texto tem como objetivo compreender estas transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas repercussões na educação superior. A reestruturação produtiva teve início a partir dos anos 70 como resposta à crise do fordismo e diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho. O modo de acumulação flexível exige uma força de trabalho flexível, polivalente, multitarefa, que acompanhe as mudanças tecnológicas cada vez mais rápidas decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos. O que se espera hoje da educação superior está muito centrado na função econômica e nas capacidades laborais. São demandas de caráter imediatista, pragmático e individualista. Porém o conhecimento tem em sua essência um caráter inquietante e imprevisível, portanto, mesmo a formação nos moldes propostos ao aumentar o acesso de pessoas à educação terciária, ainda que tecnicista e utilitarista, pode estar formando uma geração de cidadãos que aprendam a aprender; que fazendo uso desta competência atinjam níveis emancipatórios de conhecimento humano e político.*

Palavras-chave: Educação superior; Mundo do trabalho; Reestruturação produtiva; Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas presenciamos rápidas transformações econômicas, políticas e sociais que mexem com ser e o fazer do trabalhador, seus comportamentos, atitudes e valores. Este texto tem como objetivo compreender estas transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas repercussões na educação superior.

A relação entre educação e mundo do trabalho, e mais especificamente as transformações deste a partir da reestruturação produtiva, é complexa e seu estudo atual e recente, tornando desafiadora e necessária a compreensão de tal relação a fim de se construir os caminhos da educação superior que realmente possibilitem chegar a um futuro socialmente justo.

É comum a abordagem de que vivemos na sociedade do conhecimento, da informação e que a educação ocupa lugar de destaque no viver nesta sociedade, que cabe a ela “assegurar o domínio dos conhecimentos que fundamentam as práticas sociais” Neste contexto os requisitos educacionais do emprego aumentaram. (POCHMANN, 2004; KUENZER, 2007).

¹ Fisioterapeuta – Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: ftclaudio@yahoo.com.br

O conhecimento em tempos de acumulação flexível se tornou mercadoria-chave no estabelecimento de vantagens competitiva de países, empresas e indivíduos e como tal vem sofrendo cada vez mais processos de subordinação ao capital. (CATANI, 2001)

É cada vez maior o papel atribuído por países e indivíduos à educação como necessária e essencial para elevar a capacidade de produtividade e competitividade de forma a possibilitar o “sucesso” em uma economia globalizada, com altos índices de desemprego e precarização do trabalho. Porém tal importância não se reflete em investimentos em um sistema de educação que a considere como bem público o que se vê é um desenvolvimento privado que mercantiliza a educação e a desconsidera como direito de cidadania.

Tais observações nos levam a questionar: Quais as mudanças ocorridas no mundo do trabalho que tornam a educação necessária e essencial? Que tipo de formação se espera da educação superior na formação do trabalhador em tempos de reestruturação produtiva? Quais as implicações das mudanças do mundo do trabalho e das expectativas colocadas sobre a educação superior? Qual o futuro da educação superior?

Este texto busca captar as respostas a tais questionamentos através do levantamento bibliográfico do material produzido por autores que se empenham em debater este tema.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A reestruturação produtiva teve início a partir dos anos 70 como resposta à crise do *fordismo* e diz respeito às transformações estruturais no âmbito da produção e do trabalho. Segundo Filgueiras (1997), ela pode ser vista de dois aspectos: o da reorganização e reconversão dos setores industriais que se caracterizou por grandes investimentos nos setores de ponta (informática, química fina, biotecnologia, telecomunicações e novos materiais), pela modernização dos setores dinâmicos (automobilístico, máquinas e equipamentos e petroquímica) e pelo declínio de setores tradicionais (siderurgia e têxtil); e o do processo de trabalho que passa a adotar um novo paradigma tecnológico e organizacional através da introdução de tecnologias de base microeletrônica e da gestão/organização do trabalho através do modelo japonês, o *toyotismo*.

Para Filgueiras (1997), embora neoliberalismo, reestruturação produtiva e globalização sejam fenômenos distintos, a articulação deles responde pelo processo de transformações do capitalismo no final do século XX. Estes três fenômenos têm como denominador comum o ideal da “acumulação flexível, ou seja, que o capital em seu movimento de valorização, deve estar livre de impecilhos e restrições de quaisquer naturezas.

Em contraposição à rigidez do fordismo (de investimentos, nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho) a *acumulação flexível* é caracterizada pela flexibilidade dos produtos e padrões de consumo e dos processos e mercados de trabalho. Tal flexibilidade foi impulsionada pela mudança tecnológica e automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, o deslocamento da produção para áreas que tivessem menor grau de controle do trabalho (favorecida pela globalização), estratégias adotadas para superar a crise da primeira metade da década de 70. (HARVEY, 1993)

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “ficcional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – umas das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 1997 p. 141)

Como pode se observar na citação anterior a acumulação flexível colocou o trabalhador em uma condição de vulnerabilidade extrema, que o forçará a buscar estratégias que possibilitem condições de manutenção ou ingresso no mercado de trabalho, entre estas estratégias destaca-se a educação formal em níveis cada vez maiores.

O modo de acumulação flexível exige uma força de trabalho flexível, polivalente, multitarefa, que acompanhe as mudanças tecnológicas cada vez mais rápidas decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos. (FILGUEIRAS, 1997; CATANI, 2001; KUENZER, 2007)

O que há de novo nesta concepção é que a produção e o consumo na acumulação flexível passam a demandar uma relação com o conhecimento sistematizado, ou seja, de natureza teórica, mediado pelo domínio de competências cognitivas complexas, com destaque para as competências comunicativas e para o domínio da lógica formal, que não era demandada pelo taylorismo/fordismo, cuja concepção de conhecimento fundava-se na dimensão tácita: resolver situações pouco complexas por meio de ações aprendidas através da experiência. (KUENZER, 2007 p. 1160)

EDUCAÇÃO SUPERIOR E MERCADO NEOLIBERAL

O que se espera hoje da educação superior está muito centrado na função econômica e nas capacidades laborais. São demandas de caráter imediatista, pragmático e individualista. A educação superior se tornou a base da competitividade por ser geradora e disseminadora de conhecimentos, da capacidade de utilizar os saberes adquiridos, e fonte do aprender a aprender tão necessário para o acompanhamento das mudanças técnico-científicas em tempos de acumulação flexível. (DIAS SOBRINHO, 2005)

Desde a Reforma Universitária de 1968 através da Lei 5540 o sistema de educação superior brasileiro, sofreu grande influência da concepção universitária norte-americana que impactou a estrutura organizacional e a finalidade da educação superior com características como: vínculo linear entre educação, desenvolvimento econômico e mercado de trabalho; estímulo a parcerias entre universidade e setor produtivo; massificação do ensino superior através da ampliação de vagas nas universidades, porém com proliferação acentuada de instituições privadas e ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior despolitizando-a. (PAULA, 2009)

O interesse neoliberal pela educação e pelo conhecimento se justifica pela conexão direta entre a capacidade de inovação tecnológica com a realização do lucro. A educação e o conhecimento são valorizados não como bem público direito de cidadania e sim, como suporte instrumental da competitividade, por isso nega sua qualidade política fixando-se na inovação

técnica. Não há interesse de instaurar uma sociedade “racionalizada”, que saiba pensar, mas apenas uma “fábrica racionalizada” (ANTUNES e ALVES, 2004; DEMO, 2005)

Há uma crença quase determinista no conhecimento como insumo econômico de grande importância estratégica para a competitividade dos indivíduos, das empresas, das corporações empresariais e para os países desenvolvidos. (DIAS SOBRINHO, 2005 p. 167)

Vincular educação e trabalho sem considerar outros aspectos como desenvolvimento econômico, condições sociais e políticas têm feito com que as vítimas (desempregados escolarizados) sejam culpabilizadas pelo seu insucesso, e que sejam legitimadas ações políticas que dão a ilusão de desenvolvimento sem alterar as desigualdades sociais. (SEGNINI, 2000)

A dinâmica do mercado de trabalho, sua crescente competitividade, o desemprego estrutural têm feito com que os trabalhadores busquem a educação superior com objetivo de se qualificar melhor, para estar mais bem preparado para conseguir trabalho, ou seja, para conseguir a propagada “*empregabilidade*”, termo utilizado pelo capital para transferir ao trabalhador a responsabilidade por sua qualificação, que outrora em boa parte era realizada pelo capital. (ANTUNES e ALVES, 2004)

O vínculo linear entre educação superior e mercado, inverte a lógica dos valores tornando o mercado fim e a educação e conhecimento meios. Quando associado aos níveis de desemprego da acumulação flexível gera repercussões perversas, pois refina o exército de reserva que antes composto por gente desqualificada agora fazem parte dele cada vez mais trabalhadores com mais estudo. O que por sua vez contribui para precarização e conseqüente redução de salários dos trabalhadores graduados que conseguem se inserir e/ou manter no mercado de trabalho. (DEMO, 2005)

Segundo Pochmann (2004), “a deterioração das condições do funcionamento do mercado de trabalho, ao invés de ser contida pela melhoria educacional, contribui para o desperdício e o desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade”.

O aumento do nível de escolaridade em um cenário de elevado desemprego e baixo crescimento de atividades inovadoras que realmente exijam um trabalhador mais qualificado, faz com que aumente o fenômeno da super-qualificação – exigência de escolaridade acima da necessária para a função com baixa remuneração. A exigência de escolaridade acima da necessária para a função pode ser explicada como uma estratégia de acompanhamento das rápidas mudanças nas habilidades e competências em tempos de reestruturação produtiva flexível, ou seja, uma ‘reserva de capacidades’. Esta exigência de escolaridade acima do que o posto de trabalho realmente exige ainda apresenta a vantagem para o capital de redução de custos de recrutamento e seleção por diminuir a fila dos que se candidatam a uma determinada vaga. (BORGES, 2006)

DA EDUCAÇÃO PARA O MERCADO PARA O MERCADO DA EDUCAÇÃO

Apesar da importância atribuída pelos organismos internacionais (Banco Mundial, UNESCO, BID etc.) para a geração de riquezas e desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento como o Brasil, o que se observa no país a partir da segunda metade da década de 90 é um crescimento acentuado da oferta de educação superior através da iniciativa privada, com estagnação do setor público.

O estreito vínculo do conhecimento com a economia gera uma pesada tendência de comercialização e privatização da educação superior, que se manifesta na cultura empresarial, no aparecimento de novos provedores privados, no desdobramento espacial das instituições, na redução do estudante ao estatuto de cliente e consumidor, na diminuição dos financiamentos do Estado, na transnacionalização, na lógica da competição, na hegemonia do quantitativo, da rentabilidade e do lucro, nas práticas gerencialistas, no uso privado dos espaços públicos. (DIAS SOBRINHO, 2005 p. 168)

É evidente que a política de expansão via setor privado da educação superior, ou mesmo a política da não política observada para o setor, deixando-o ser regulado pelo mercado, através da oferta e demanda, além de efeitos perversos para a qualidade da educação superior, apresenta sinais de esgotamento e estrangulamento do sistema.

A lógica de mercado, a competição com instituições com fins lucrativos tem feito com que instituições de ensino superior privadas sem fins lucrativos reduzam investimentos em projetos de relevância social para se manterem a sustentabilidade econômica-financeira. O problema em se expandir o sistema via principalmente IES privadas com fins lucrativos está relacionado com limitações no desenvolvimento da equidade, relevância social e qualidade do ensino oferecido. (BERTOLIN, 2009)

A ausência de um plano intersetorial articulado de desenvolvimento econômico faz com que parcelas significativas da população brasileira não tenham condições de financiar sua educação superior neste sistema privado que ora se apresenta. A situação é agravada pelo fato dos que conseguem com sacrifícios e esforços custear seu curso superior, se deparam com grandes dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho, e quando inseridos a remuneração percebida não faz jus ao investimento feito, não atendendo às expectativas pessoal de mobilidade social via educação.

É crescente a oferta de cursos de graduação aligeirados e desprovidos de conteúdos que extrapolem o aspecto técnico, com objetivo exclusivo de qualificar profissionais para inserção no mercado de trabalho. Isto pode ser observado na proliferação de cursos tecnológicos bem como na redução da carga horária de diversos cursos.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR PARA ATENDER A FLEXIBILIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

A reforma curricular dos cursos de graduação empreendida a partir da segunda metade da década de 90 pelo Ministério da Educação com objetivo de adaptar os currículos às mudanças dos perfis profissionais requeridos pelo mercado tiveram como princípios norteadores:

flexibilidade na organização curricular; dinamicidade do currículo; adaptação às demandas do mercado de trabalho; integração entre graduação e pós-graduação; ênfase na formação geral; e definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais. (CATANI, 2001)

Então surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) flexíveis em substituição aos currículos mínimos que segundo o Conselho Nacional de Educação havia produzido excessiva rigidez e através do excesso de disciplinas obrigatórias ampliado desnecessariamente o tempo de duração dos cursos de graduação. (CNE, 1997)

O objetivo das DCN's portanto é garantir ampla liberdade para a definição de currículos plenos que possibilitem a formação de profissionais dinâmicos, adaptáveis às demandas do mercado de trabalho e capazes de aprender a aprender, para que através de um processo de educação continuada, onde a graduação passa a ser apenas o passo inicial, possam ao longo de suas vidas absorverem as mudanças do mundo do trabalho. (CATANI, 2001)

O ideário de flexibilização curricular presente na elaboração das diretrizes curriculares para os cursos de graduação está associado intimamente à reestruturação produtiva do capitalismo global, particularmente à acumulação flexível e à flexibilização do trabalho. Está associado, também, à idéia de que só a formação de profissionais dinâmicos e adaptáveis às rápidas mudanças no mundo do trabalho e às demandas do mercado de trabalho poderá responder aos problemas de emprego e de ocupação profissional. (CATANI, 2001)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva passou a demandar um trabalhador que tenha habilidades e competências que favoreçam sua flexibilidade e adaptação à novas tarefas, tenha um bom nível de conhecimento técnico e esteja apto manter-se atualizado diante da avalanche de informações da era do conhecimento. Mas também que, seja competitivo, proativo, e porque não dizer individualista e consumista, disposto a aceitar condições precárias de trabalho.

A educação superior estruturada nos moldes do ideário neoliberal, cursos aligeirados com componente técnico-científicos especializados e focados, porém com componente humanístico e político praticamente inexistente cumpre com o papel de reprodução do trabalhador que atende as expectativas do capital.

O que não pode ser ignorado é que o conhecimento tem em sua essência um caráter inquietante e imprevisível, portanto, mesmo a formação nos moldes propostos ao aumentar o acesso de pessoas à educação terciária, ainda que tecnicista e utilitarista, pode estar formando uma geração de cidadãos que aprendam a aprender; que fazendo uso desta competência atinjam níveis emancipatórios de conhecimento humano e político.

Esse é o motivo de esperança que torna possível uma ação educativa que extrapole as expectativas mercantis da educação superior e nos leva a buscar uma educação com qualidade não só formal, porém política, que forme não só trabalhadores competitivos, mas pessoas mais igualitárias e cidadãos comprometidos com uma sociedade socialmente justa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, 2004 pp. 335-351.

BERTOLIN, Júlio C. G. Avaliação da educação superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia do sistema em tempos de mercantilização. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 351-383, jul., 2009.

BORGES, Ângela. Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados. **Gest. Ação**, Salvador, v.9, n.1, p.85-102, jan./abr. 2006

CNE. Parecer nº 776, de 3 de dezembro de 1997. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, Ago/2001. p. 67-83

DEMO, Pedro. A educação do futuro e o futuro da educação. Campinas: Autores associados, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização. Qual Universidade? **Revista Brasileira de Educação**. n. 28, Jan/Fev/Mar/Abr 2005. p. 164-173

FILGUEIRAS, Luiz A. M.. A desestruturação do mundo do trabalho e o “mal estar” desse fim de século. Caderno do CEAS, n. 172, Salvador, set/out 1997. p. 9-29

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out., 2007. p. 1153-1178

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: Concepções e influências, **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 71-84, mar. 2009.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, 2004. p. 383-399

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente**. *São Paulo Perspectiva*. 2000, vol.14, n.2, pp. 72-81